



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Prova Cargo A, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Redação e o espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2005

PORTUGUÊS

Instruções: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

A tribo que mais cresce entre nós

A nova tribo dos micreiros cresceu tanto que talvez já não seja apenas mais uma tribo, mas uma nação, embora a linguagem fechada e o fanatismo com que se dedicam ao seu objeto de culto sejam quase de uma seita. São adoradores que têm com o computador uma relação semelhante à do homem primitivo com o totem e o fogo. Passam horas sentados, com o olhar fixo num espaço luminoso de algumas polegadas, trocando não só o dia pela noite, como o mundo pela realidade virtual.*

*Sua linguagem lembra a dos funkeiros** em quantidade de importações vocabulares adulteradas, porém é mais ágil e rica, talvez a mais rápida das tribos urbanas modernas. Dança quem não souber o que é BBS, modem, interface, configuração, acessar e assim por diante. Alguns termos são neologismos e, outros, recriações semânticas de velhos significados, como janela, sistema, ícone, maximizar.*

No começo da informatização das redações de jornal, houve um divértido mal-entendido quando uma jovem repórter disse pela primeira vez: “Eu abortei!”. Ela acabava de rejeitar não um filho, mas uma matéria. Hoje, ninguém mais associa essa palavra ao ato pecaminoso. Aborta-se tão impune e freqüentemente quanto se acessa.

Nada mais tem forma e sim “formatação”. Foi-se o tempo em que “fazer um programa” era uma aventura amorosa. O “vírus” que apavora os micreiros não é o HIV, mas uma intromissão indevida no “sistema”, outra palavra cujo sentido atual nada tem a ver com os significados anteriores. A geração de 68 lutou para derrubar o sistema; hoje o sistema cai a toda hora.

Alguns velhos homens de letras olham com preconceito essa tribo, como se ela fosse composta apenas de jovens, e ainda por cima iletrados. É um engano, porque há entre os micreiros respeitáveis senhoras e brilhantes intelectuais. Falar mal do computador é tão inútil e reacionário quanto foi quebrar máquinas no começo da primeira Revolução Industrial. Ele veio para ficar, como se diz, e seu sucesso é avassalador. Basta ver o entusiasmo das adesões.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

* micreiros = usuários de microcomputador.

** funkeiros = criadores ou entusiastas da música **funk**.

1. No primeiro parágrafo, as palavras **tribo**, **nação** e **seita** ocorrem ao autor para identificar os **micreiros**, respectivamente, como
 - (A) fenômeno emergente, em avançado estágio de expansão, caracterizado por certos procedimentos ritualísticos.
 - (B) fenômeno emergente, de caráter nacionalista, comparável ao crescimento das seitas religiosas.
 - (C) agentes de uma revolução tecnológica, no apogeu de sua expansão, capazes de dedicação integral à sua causa.
 - (D) sinal dos novos tempos, num patamar nacionalista, ainda caracterizado por elementos regressivos.
 - (E) sinal dos novos tempos, evidência da tecnologia nacional, ainda comprometido pelo hermetismo de sua linguagem.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O vocabulário dos *micreiros* é formado, basicamente, por dois tipos de processos.
 - II. Alguns termos da linguagem utilizada pela informática podem provocar ambigüidade.
 - III. Palavras como *formatação*, *vírus* e *sistema* são apresentadas como exemplos de estrangeirismos da informática.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

 - (A) II, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) I e II, somente.

3. A analogia estabelecida pelo autor entre a importância do computador e a da primeira Revolução Industrial deriva do fato de que, em ambos os casos,
 - (A) o sucesso imediato da novidade levou os homens a um entusiasmo quase irracional, sem limites.
 - (B) os velhos letrados, como sempre, encararam com desconfiança o surgimento de uma nova linguagem.
 - (C) houve reações motivadas pelo temor inerente aos períodos de crise econômica.
 - (D) as reações mostraram-se inúteis, diante da inexorabilidade de um novo estágio tecnológico.
 - (E) argumentos ponderáveis, de natureza política, evidenciaram o caráter antidemocrático da novidade.

<p>4. O elemento sublinhado na frase</p> <p>(A) (...) <u>com o olhar fixo num espaço luminoso de algumas polegadas</u> refere-se ao instante em que o usuário de um micro age como um <i>funkeiro</i>.</p> <p>(B) <u>No começo da informatização</u> das redações de jornal evidencia uma das formas de preconceito com que se reagiu à nova linguagem.</p> <p>(C) Foi-se o tempo em que “fazer um programa” era uma <u>aventura amorosa</u> revela o novo sentido atribuído a uma antiga expressão.</p> <p>(D) Hoje, <u>ninguém mais associa essa palavra ao ato pecaminoso</u> refere-se à necessidade de rejeitar um texto.</p> <p>(E) <u>Aborta-se tão impune e freqüentemente quanto se acessa</u> ajuda a esclarecer o novo campo semântico a que pertence <i>aborta-se</i>.</p>	<p>7. Não é possível alterar a voz da forma verbal da frase:</p> <p>(A) A quantidade dos micreiros já constitui, de fato, uma nação, mais do que uma simples tribo.</p> <p>(B) No começo da informatização das redações de jornal, houve um divertido mal-entendido.</p> <p>(C) Alguns velhos homens de letras olham com preconceito essa tribo.</p> <p>(D) A jovem repórter citada no texto tinha abortado uma matéria, e não um filho.</p> <p>(E) Recriações semânticas são feitas a partir de termos ou expressões já antigos.</p>
<p>5. A geração de 68 lutou para derrubar o <u>sistema</u>; hoje o <u>sistema</u> cai a toda hora.</p> <p>Na frase acima, a repetição da palavra <i>sistema</i> explora o mesmo recurso expressivo alcançado pela repetição de palavra que ocorre na frase:</p> <p>(A) É um sujeito arrogante, ninguém consegue mais suportar a vaidade daquele sujeito.</p> <p>(B) A roupa informal, o comportamento informal, tudo nela revela sua espontaneidade, sua descontração.</p> <p>(C) Valeu-se de uma operação de crédito para tentar restabelecer o crédito com que o distinguiam os amigos mais próximos.</p> <p>(D) Ao propor novos tributos, a comissão não avaliou o quanto os tributos antigos já exauriam os recursos dos contribuintes mais pobres.</p> <p>(E) A fragilização do mercado de ações acabou por redundar na fragilização de um grande número de empresas nacionais.</p>	<p>8. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) “Formatação” é uma palavra <u>à qual</u> se costuma recorrer quando se trata de um procedimento <u>cujo</u> sentido só é possível compreender no campo da informática.</p> <p>(B) A expansão da tribo de micreiros, <u>a que</u> o autor dá notícia, é um fato <u>de que</u> se pode comprovar a cada dia.</p> <p>(C) A nova acepção da palavra “vírus”, <u>a cujo</u> sentido sempre teve algo de ameaçador, representa uma nova ameaça <u>com aqueles</u> que se valem da informática.</p> <p>(D) O autor aproxima a linguagem dos micreiros <u>com aquela</u> dos funkeiros, uma vez que <u>de ambas</u> costuma-se reconhecer uma grande quantidade de importações vocabulares.</p> <p>(E) A linguagem do computador, <u>a cujo</u> acesso não é nada simples para muita gente, costuma mostrar-se muito rápida para aqueles que <u>nela</u> passam a ter intimidade.</p>
<p>6. Levando-se em conta as normas de concordância verbal e nominal, a única frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Se se acrescentar à tribo dos micreiros as tribos dos <i>celuleiros</i>, dos <i>devedeiros</i> etc., haverá de se incorporar à língua portuguesa muitos outros neologismos.</p> <p>(B) Como se não bastassem as dificuldades que muita gente vêm demonstrando no uso do vocabulário tradicional, eis que novas aquisições se fazem necessárias a cada momento, proveniente da tecnologia.</p> <p>(C) A velocidade com que surgem palavras relacionadas aos novos campos tecnológicos fazem com que muitos desanimem, confessando-se inábeis para sua utilização.</p> <p>(D) Estão entre as características do texto a citação de alguns neologismos e o divertido registro de algumas situações em que ocorreu ambivalência de sentido, testemunhadas pelo autor.</p> <p>(E) É costume que se dissemine, sobretudo entre os mais velhos, alguns preconceitos contra o universo dos mais jovens, contra o vocabulário que entre estes se propagam com mais facilidade.</p>	<p>9. A frase cuja redação está inteiramente clara e correta é:</p> <p>(A) A jovem repórter causou alguma incompreensão tão logo ao referir-se a um termo que a todos pareceu ter um sentido além do que ele pretendia.</p> <p>(B) O autor não hesita em concluir que, diante das entusiasmadas adesões à utilização da informática e da linguagem que lhe corresponde, o computador já faz parte do nosso cotidiano.</p> <p>(C) Os programadores de computador, que costumam serem mais jovens, provavelmente não lhes fica claro aquilo que já significou a expressão <i>fazer um programa</i>, desde que o sentido fosse outro.</p> <p>(D) O autor sublinha com razão que é comum que os mais velhos reajam com desassossego, porque, diante do que é mais novo, surge-lhes quase sempre como se fosse uma ameaça.</p> <p>(E) Quando ele diz que <i>dança quem não souber o que é BBS</i>, o verbo que o autor lança mão aqui é um termo de gíria, ao qual é mais costumeiro na linguagem dos jovens.</p>

10. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) É costume discriminar-se os jovens, e a razão maior está em serem jovens, e não em alguns de seus hábitos que fossem em si mesmos perniciosos.
- (B) A incorporação de um novo léxico é uma das conseqüências de todo amplo avanço tecnológico, já que este induz à criação ou recriação de palavras para nomear novos referentes.
- (C) Um pequeno glossário, capaz de elucidar a nova terminologia da informática, contribui muito para afastar os percalços do caminho dos usuários iniciantes, aturdidos com tanta novidade.
- (D) Os maus-entendidos são fatais quando ainda não se tem destreza numa nova linguagem, quando ainda não se está familiarizado com um novo vocabulário.
- (E) Muita gente letrada e idosa aderiu ao uso do computador, considerando-o não um sinal do apocalipse, mas uma ferramenta revolucionária na execução de tarefas, um instrumento útil para qualquer pesquisador.

11. Alguns velhos homens de letras olham com preconceito essa tribo, como se ela fosse composta apenas de jovens, e ainda por cima iletrados.

Pode-se substituir o segmento sublinhado, sem prejuízo para o sentido da frase acima, pela expressão

- (A) sobretudo os iletrados.
- (B) e ainda assim iletrados.
- (C) sem falar nos iletrados.
- (D) inclusive os iletrados.
- (E) além de tudo iletrados.

12. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:

- (A) Quem se deter por muito tempo diante de um monitor, envolver-se-á de tal modo com o mundo virtual que o sobreporá ao mundo real.
- (B) Os jovens se entreteram tanto com o computador que nem se deram conta das horas que já haviam transcorrido.
- (C) Dizendo que não quer que ninguém se imisque em sua vida, o jovem tranca-se no quarto, para acessar a Internet e se pôr a navegar.
- (D) Sobreveio-lhe uma forte irritação, mas conteve-se e abriu a porta com calma, pedindo ao jovem que cessasse a navegação.
- (E) Os prejuízos que advirem do uso abusivo do computador não serão compensados pelas eventuais vantagens de que o usuário se beneficiou.

Instruções: As questões de números 13 a 20 referem-se ao texto que segue.

Carta aberta à assembléia geral das Nações Unidas*

Os representantes de 55 governos, reunidos na segunda Assembléia Geral das Nações Unidas, terão sem dúvida consciência do fato de que, durante os dois últimos anos – desde a vitória sobre as potências do Eixo – não se fez nenhum progresso sensível rumo à prevenção da guerra, nem rumo ao entendimento em campos específicos, como o controle da energia atômica e a cooperação econômica na reconstrução de áreas devastadas pela guerra.

*A ONU não pode ser responsabilizada por esses malogros. Nenhuma organização internacional pode ser mais forte do que os poderes constitucionais que lhe são conferidos, ou do que os membros que a compõem desejam que seja. Na verdade, as Nações Unidas são uma instituição extremamente importante e útil, **contanto que** os povos e governos do mundo se dêem conta de que a ONU nada mais é que um sistema de transição para a meta final, que é o estabelecimento de um poder supranacional, investido de poderes legislativos e executivos suficientes para manter a paz. O impasse atual reside na inexistência de uma autoridade supranacional suficiente e confiável. Assim, os líderes responsáveis de todos os governos são obrigados a agir na presunção de uma guerra eventual. Cada passo motivado por essa presunção contribui para aumentar o medo e a desconfiança gerais, apressando a catástrofe final. Por maiores que sejam os armamentos nacionais, eles não geram a segurança militar para nenhum país, nem garantem a manutenção da paz.*

* Trecho de carta escrita em 1947

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade.**)

13. Nessa carta aberta, Einstein demonstra acreditar que a ONU

- (A) falha quando, já tendo alcançado os meios e a legitimidade necessários para exercer suas funções, reluta em fazê-lo.
- (B) só atingirá seus objetivos quando superar o impasse representado pela ausência de um eficaz e bem constituído poder supranacional.
- (C) deve agir na presunção de que é iminente uma nova guerra mundial, sem o que tenderá a se fragilizar cada vez mais como organização.
- (D) deve ser encarada como uma organização permanentemente voltada para disciplinar a corrida armamentista e orientar as potências emergentes.
- (E) só terá sucesso quando efetivamente exercer sua autoridade sobre os poderes legislativos e executivos dos países que a constituem.

<p>14. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Einstein lembra aos representantes de governos que, finda a 2ª Guerra já há dois anos, ainda não se verificou avanço significativo seja na prevenção de novos conflitos, seja em importantes iniciativas específicas.</p> <p>II. A constituição jurídica da ONU, para Einstein, deve ser um objetivo final, a ser alcançado a longo prazo, uma vez superados os entraves burocráticos que impedem o bom funcionamento daquela Organização.</p> <p>III. Einstein não crê que uma autoridade supranacional possa se impor, pois não vê como as nações abdicariam dos poderes constitucionais que lhes são próprios.</p> <p>Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>18. A expressão com que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) O impasse Einstein se refere no texto está na inexistência de um poder supranacional.</p> <p>(B) Os poderes foram conferidos aos países da ONU revelam-se insuficientes para a criação de um poder supranacional.</p> <p>(C) Os temas Einstein se confrontou em seu livro indicam suas altas preocupações de natureza ética e política.</p> <p>(D) O espanto muitos leitores desse livro são assaltados deve-se ao fato de acreditarem que Einstein só cuidava de temas relativos à Física.</p> <p>(E) A questão preocupou o autor da carta prova seu interesse em contribuir para a reconstrução do mundo no pós-guerra.</p>
<p>15. Ao negritar em sua carta a expressão contanto que, no contexto do segundo parágrafo, o autor deseja evidenciar que está</p> <p>(A) presumindo uma plena impossibilidade. (B) admitindo uma causa eficiente. (C) formulando uma certa improbabilidade. (D) estabelecendo um necessário pressuposto. (E) manifestando uma dúvida circunstancial.</p>	<p>19. As guerras são sempre atozes, cabe <u>evitar as guerras</u> a qualquer custo, pois uma vez que alguém <u>desencadeia as guerras</u>, não há como <u>deter as guerras</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) evitá-las - lhes desencadeia - deter-lhes (B) evitá-las - as desencadeia - as deter (C) evitar-lhes - as desencadeia - deter a elas (D) as evitar - desencadeia-as - lhes deter (E) evitar a elas - a elas desencadeia - detê-las</p>
<p>16. Por maiores que <u>sejam</u> os armamentos nacionais, eles não <u>geram</u> a segurança militar para nenhum país, nem <u>garantem</u> a manutenção da paz.</p> <p>Alterando-se os tempos das formas verbais sublinhadas, mantém-se uma adequada articulação temporal na seguinte seqüência:</p> <p>(A) fossem - gerariam - garantiriam (B) venham a ser - geram - garantiriam (C) tenham sido - gerarão - garantissem (D) fossem - geraram - garantiriam (E) venham a ser - tinham gerado - garantido</p>	<p>20. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Einstein escreveu uma série de artigos políticos na década de 40.</p> <p>II. Esses artigos políticos foram reunidos num livro.</p> <p>III. Esse livro evidencia a responsabilidade social do autor.</p> <p>O período em que as afirmações acima estão clara e corretamente articuladas é:</p> <p>(A) Os artigos políticos com que Einstein reuniu num livro torna evidente a grande responsabilidade social deste, na década de 40.</p> <p>(B) A responsabilidade social de Einstein, que escreveu uma série de artigos políticos na década de 40, evidencia-se no livro em cujo reuniu os mesmos.</p> <p>(C) A responsabilidade social de Einstein evidencia-se no livro em que reuniu uma série de artigos políticos, escritos na década de 40.</p> <p>(D) Como escreveu, na década de 40, uma série de artigos políticos, Einstein reuniu-os num livro, em cuja responsabilidade social se evidencia.</p> <p>(E) Esse livro, que Einstein escreveu na década de 40, torna evidente sua responsabilidade social, composto pela reunião de uma série de artigos políticos.</p>
<p>17. O verbo indicado entre parênteses será obrigatoriamente flexionado numa forma do plural para integrar, de modo correto, a frase:</p> <p>(A) (cabere) aos representantes da Assembléia Geral da ONU ponderar as palavras de Einstein.</p> <p>(B) Desde que (impor) às potências do Eixo uma dura derrota, o outro lado buscou unificar seus interesses por meio da ONU.</p> <p>(C) Não se (dever) imputar a nenhum dos países, individualmente, a responsabilidade pelos malogros da ONU.</p> <p>(D) Einstein acredita que se (reservar) aos países da ONU a missão de viabilizar o estabelecimento de um poder supranacional.</p> <p>(E) Uma vez que (presumir) a proximidade de novos conflitos, os líderes dos governos acabam entrando numa corrida armamentista.</p>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A supremacia constitucional é atributo típico das Constituições

- (A) escritas, quando forem rígidas.
- (B) dogmáticas, mesmo quando forem não-escritas.
- (C) históricas, quando forem dogmáticas.
- (D) dirigentes, mesmo quando forem flexíveis.
- (E) rígidas, mesmo quando forem históricas.

22. A Constituição Federal é expressa ao prever, apenas para os reconhecidamente pobres, a gratuidade

- (A) no exercício do direito de petição junto aos poderes públicos, para esclarecimentos de situações pessoais.
- (B) das ações de *habeas corpus* e de *habeas data*.
- (C) na obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos.
- (D) do registro civil de nascimento e de casamento.
- (E) na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

23. Embora, como regra, o princípio da publicidade deva nortear o desempenho das atividades no Poder Legislativo, a Constituição Federal admite o sigilo nas votações em que os parlamentares devam

- (A) resolver sobre a prisão de seus pares, em caso de flagrante de crime inafiançável.
- (B) aprovar o regimento interno das Casas respectivas.
- (C) apreciar o veto do Presidente da República a projetos de lei.
- (D) aprovar o relatório final das Comissões Parlamentares de Inquérito.
- (E) decidir sobre a exoneração do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, antes do término do seu mandato.

24. O princípio da independência e harmonia entre os Poderes figura entre os princípios constitucionais fundamentais, tendo merecido um tratamento segundo o qual

- (A) nenhum dos Poderes poderá exercer funções típicas dos demais.
- (B) a separação dos Poderes goza da garantia reforçada de integrar o núcleo imutável da Constituição.
- (C) quem for membro de um dos Poderes deverá sempre renunciar ao respectivo cargo para ocupar cargo em outro Poder.
- (D) não será obrigatório que nenhum Poder preste contas de seus atos a outro dos Poderes.
- (E) a nomeação de membros de um dos Poderes não poderá depender da aprovação de outro Poder.

25. Visando ao reequilíbrio das relações federativas, mediante o fortalecimento da esfera estadual, a Constituição Federal adotou um sistema de repartição de competências que

- (A) determinou a aplicação do princípio da subsidiariedade no domínio da legislação concorrente, legislando a União apenas se a regulamentação de um assunto por lei de um dos Estados prejudicar interesses dos demais.
- (B) ensejou aos Estados o exercício de competências legislativas privativas da União, sempre que a inexistência de lei federal impossibilite o exercício de competências materiais estaduais.
- (C) deferiu aos Estados, no âmbito da legislação concorrente, a elaboração de normas gerais, desde que haja delegação expressa da União.
- (D) conferiu aos Estados, no âmbito da legislação concorrente, competência legislativa plena na hipótese de inexistência de normas gerais da União.
- (E) estabeleceu, no âmbito das competências materiais comuns, que a coordenação e a cooperação entre todas as entidades federadas far-se-ão sob a égide da legislação estadual.

26. O processo de elaboração da lei orçamentária anual apresenta algumas peculiaridades em relação às emendas oferecidas ao respectivo projeto. Assim é que,

- (A) para se evitarem os chamados “pingentes orçamentários”, não serão aprovadas emendas que não se relacionem com dispositivos do texto do projeto.
- (B) somente podem ser propostas emendas pelo Presidente da República, a quem compete a iniciativa de enviar o projeto ao Congresso Nacional.
- (C) caberá a uma Comissão mista de Senadores e Deputados examinar as emendas, dispensando-se o exame do Plenário das duas Casas do Congresso Nacional, se receberem parecer favorável no âmbito da Comissão.
- (D) serão admitidas emendas de iniciativa parlamentar, desde que apresentadas por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) quando incompatíveis com o plano plurianual, as emendas somente podem ser aprovadas pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

27. Entre as competências da Justiça do Trabalho NÃO se inclui a de

- (A) estabelecer normas e condições, no julgamento de dissídios coletivos ajuizados por sindicatos, quando qualquer das partes se recusar à negociação.
- (B) julgar as causas envolvendo acidentes do trabalho.
- (C) julgar dissídios individuais ou coletivos, em que o empregador seja ente da Administração Pública direta.
- (D) executar de ofício as contribuições sociais do empregador, incidentes sobre a folha de salários, decorrentes das sentenças que proferir.
- (E) julgar os dissídios individuais em que o empregador seja ente de direito público externo.

Instruções: Para responder às questões de números 28 a 32, considere a seguinte situação:

Para contratar, pelo regime da Lei nº 8.666/93, a compra de materiais de escritório, no valor de R\$ 12.000,00, e uma obra no valor de R\$ 20.000,00, uma sociedade de economia mista federal decide pela inexigibilidade de licitação por motivo de valor. Posteriormente, invocando nulidade nos contratos assim celebrados, a autoridade administrativa competente decide revogá-los de ofício. Todavia, alegando tratar-se de ato discricionário o ato de revogação, tal autoridade não o motiva. Em sua defesa, as empresas que haviam sido contratadas recorrem ao Presidente da República que, sendo autoridade hierarquicamente superior ao dirigente da sociedade de economia mista, poderia, em nome da imperatividade dos atos administrativos, reconsiderar a decisão de seu subordinado.

28. Quanto ao procedimento seguido para a contratação,

- (A) está correta a caracterização da inexigibilidade de licitação por motivo de valor.
- (B) caberia dispensa de licitação, e não inexigibilidade por motivo de valor, para a obra, mas para a compra seria exigida licitação, a qual poderia se processar na modalidade convite.
- (C) está incorreta a contratação direta, sendo exigida licitação para ambos os contratos, a qual poderia se processar na modalidade convite.
- (D) está correta a caracterização da inexigibilidade de licitação por motivo de valor para a compra, mas para a obra seria exigida licitação, a qual poderia se processar na modalidade convite.
- (E) o motivo invocado não justifica inexigibilidade, cabendo sim dispensa de licitação por motivo de valor.

29. Quanto à revogação dos contratos em questão, a situação narrada contém impropriedade, pois

- (A) um contrato administrativo, depois de celebrado, não pode ser revogado unilateralmente.
- (B) uma sociedade de economia mista não tem a prerrogativa da revogação de seus contratos.
- (C) o motivo consistente em nulidade dos contratos não é próprio para sua revogação.
- (D) uma sociedade de economia mista não tem a prerrogativa de agir de ofício.
- (E) a revogação desses contratos teria de ser decidida pelo Poder Judiciário.

30. Quanto à ausência de motivação do ato em questão,

- (A) configura-se propriamente hipótese em que a motivação é dispensada, dado o caráter discricionário do ato.
- (B) equivocou-se a autoridade, pois a desnecessidade de motivação não decorre necessariamente da natureza discricionária do ato.
- (C) equivocou-se a autoridade, posto que todo ato administrativo deve ser motivado, sob pena de nulidade.
- (D) equivocou-se a autoridade, posto que todo ato administrativo deve ser motivado, sob pena de ser considerado anulável.
- (E) equivocou-se a autoridade pois apenas os atos vinculados dispensam motivação.

31. Quanto à afirmação de ser o Presidente da República autoridade hierarquicamente superior ao dirigente da sociedade de economia mista, essa noção

- (A) conflita com a regra consagrada pela doutrina, posto que, segundo esta, não há relação de hierarquia entre autoridades da Administração direta e autoridades da Administração indireta.
- (B) conflita com a regra consagrada pela doutrina, posto que a relação hierárquica se estabelece entre um Ministro e as autoridades da Administração indireta vinculadas ao respectivo Ministério.
- (C) conflita com a regra consagrada pela doutrina, posto que a noção de hierarquia apenas se aplica aos órgãos militares da Administração Pública.
- (D) está harmônica com a regra consagrada pela doutrina, posto que se trata do Presidente da República e de sociedade de economia mista federal.
- (E) está harmônica com a regra consagrada pela doutrina, posto que o Presidente da República é a autoridade de máxima hierarquia da Administração do País, independentemente de se cogitar de sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal.

32. Quanto ao emprego da noção de imperatividade dos atos administrativos na situação proposta, tal noção foi

- (A) adequadamente invocada.
- (B) inadequadamente invocada, sendo a auto-executoriedade o mecanismo que melhor se aplica à situação.
- (C) inadequadamente invocada, sendo a autotutela o mecanismo que melhor se aplica à situação.
- (D) inadequadamente invocada, sendo a presunção de veracidade o mecanismo que melhor se aplica à situação.
- (E) inadequadamente invocada, sendo a presunção de legalidade o mecanismo que melhor se aplica à situação.

33. Em um processo administrativo, sujeito à Lei nº 9.784/99, a situação em que a autoridade responsável pelo processo seja amigo íntimo de parente de terceiro grau de algum dos interessados,

- (A) é típica de impedimento, que deve ser argüido pela parte interessada.
- (B) é típica de impedimento, que deve ser apontado pela autoridade superior do órgão público em questão.
- (C) é típica de argüição de suspeição, cujo deferimento ou não caracteriza ato discricionário da autoridade superior, portanto, irrecurável.
- (D) é típica de argüição de suspeição, a qual, se indeferida, é passível de recurso sem efeito suspensivo.
- (E) não se caracteriza como hipótese nem de impedimento, nem de suspeição.

34. Caso um servidor público de uma autarquia cause dano a terceiros, no exercício de suas atribuições, o servidor estará submetido ao regime da responsabilidade civil

- (A) objetiva, assim como a autarquia a que pertence.
- (B) subjetiva, assim como a autarquia a que pertence.
- (C) objetiva, enquanto a autarquia a que pertence, estará sujeita ao regime da responsabilidade civil subjetiva.
- (D) objetiva ou subjetiva, conforme respectivamente a autarquia preste serviço público ou não, valendo a mesma regra para a definição do regime da responsabilidade civil da autarquia.
- (E) subjetiva, enquanto a autarquia a que pertence, estará sujeita ao regime da responsabilidade civil objetiva.

<p>35. A lei geral posterior</p> <p>(A) sempre revoga a lei especial.</p> <p>(B) somente revoga a lei especial quando expressamente o declarar.</p> <p>(C) que estabelecer disposições a par das leis especiais já existentes a estas não revoga.</p> <p>(D) que estabelecer disposições conflitantes com a das leis especiais anteriores é considerada inconstitucional.</p> <p>(E) apenas revogará a lei especial anterior se regular inteiramente a matéria de que esta tratar.</p>	<p>40. No processo civil, a incompetência em razão da matéria é</p> <p>(A) relativa e deve ser suscitada mediante exceção.</p> <p>(B) relativa e deve ser argüida como preliminar na contestação.</p> <p>(C) relativa, mas o Juiz dela pode conhecer de ofício.</p> <p>(D) absoluta e só pode ser suscitada mediante exceção.</p> <p>(E) absoluta e deve ser argüida como preliminar na contestação.</p>
<p>36. São pessoas jurídicas de direito privado</p> <p>(A) as sociedades de economia mista e as autarquias.</p> <p>(B) as empresas públicas e os municípios.</p> <p>(C) as fundações e o Distrito Federal.</p> <p>(D) os partidos políticos e as organizações religiosas.</p> <p>(E) o condomínio edilício e as associações.</p>	<p>41. Extingue-se o processo com apreciação do mérito, se o Juiz</p> <p>(A) indeferir a petição inicial.</p> <p>(B) reconhecer a carência da ação.</p> <p>(C) acolher o pedido de desistência da ação.</p> <p>(D) acolher a alegação de prescrição ou de decadência.</p> <p>(E) acolher a alegação de coisa julgada.</p>
<p>37. A prescrição e a decadência não correm</p> <p>(A) pendendo condição suspensiva ou ação de evicção.</p> <p>(B) contra os ausentes do país em serviço público da União.</p> <p>(C) enquanto o autor do ato ilícito considerado crime não for definitivamente condenado no juízo criminal.</p> <p>(D) se o prazo para o pagamento da dívida não estiver vencido.</p> <p>(E) contra os absolutamente incapazes.</p>	<p>42. A procuração geral para o foro</p> <p>(A) necessita de reconhecimento da firma do outorgante.</p> <p>(B) habilita o advogado a transigir e dar quitação nos autos.</p> <p>(C) não habilita o advogado para receber citação inicial.</p> <p>(D) estende-se à administração dos negócios do mandante.</p> <p>(E) não permite ao advogado interpor recurso sujeito a preparo.</p>
<p>38. O erro de direito</p> <p>(A) torna o negócio jurídico nulo.</p> <p>(B) a respeito das questões que forem objeto de controvérsia entre as partes não anula a transação.</p> <p>(C) não se considera defeito do negócio jurídico, porque ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece.</p> <p>(D) só torna o negócio jurídico anulável quando for reconhecido que as partes pretenderam fraudar a lei imperativa.</p> <p>(E) pode ser de ofício reconhecido pelo juiz.</p>	<p>43. Ao subcontratar serviços de carpintaria, uma construtora celebra contrato de</p> <p>(A) subempreitada, ficando solidariamente responsável pelo implemento das obrigações trabalhistas derivadas desse contrato.</p> <p>(B) subempreitada, ficando subsidiariamente responsável pelo implemento das obrigações trabalhistas derivadas desse contrato.</p> <p>(C) locação de mão-de-obra, não assumindo qualquer responsabilidade em relação às obrigações trabalhistas derivadas desse contrato.</p> <p>(D) locação de mão-de-obra, ficando subsidiariamente responsável pelo implemento das obrigações trabalhistas derivadas desse contrato.</p> <p>(E) equipe ou de cooperativa de trabalho, ficando solidariamente responsável pelo implemento das obrigações trabalhistas derivadas desse contrato.</p>
<p>39. O imóvel situado na zona rural que o proprietário abandonou, com a intenção de não mais conservar em seu patrimônio, inclusive deixando de satisfazer os ônus fiscais,</p> <p>(A) se não se encontrar na posse de outrem, após 3 anos, será arrecadado pela União.</p> <p>(B) se não se encontrar na posse de outrem, após 5 anos, será arrecadado pelo Estado ou pelo Distrito Federal.</p> <p>(C) será adquirido, decorridos 10 anos, pelo município onde se situa por usucapião.</p> <p>(D) será adjudicado em partes iguais pelo Município, pelo Estado e pela União.</p> <p>(E) após 15 anos, passará ao domínio do Município, mediante arrecadação como coisa vaga.</p>	<p>44. Se fornecidas pelo empregador, constituem salário “in natura”, além da alimentação e da habitação:</p> <p>(A) lazer, medicamentos e transporte.</p> <p>(B) vestuário, higiene e transporte.</p> <p>(C) educação, higiene e lazer.</p> <p>(D) transporte, lazer e seguro de vida.</p> <p>(E) lazer, medicamentos e seguro de vida.</p>

<p>45. Desativada a empresa em razão de ato de desapropriação e, em consequência, ficando rescindidos os contratos dos seus empregados, verifica-se a ocorrência de</p> <p>(A) culpa recíproca, ficando o empregador responsável pelo pagamento de metade da indenização devida aos empregados.</p> <p>(B) força maior, nenhuma reparação sendo devida ao empregado.</p> <p>(C) <i>factum principis</i>, incumbindo ao governo responsável pelo ato o pagamento da indenização devida aos empregados do estabelecimento.</p> <p>(D) rescisão indireta, ficando o empregador responsável pelo pagamento de metade da indenização devida aos empregados.</p> <p>(E) rescisão sem justa causa, incumbindo ao governo responsável pelo ato e ao empregador, em partes iguais, o pagamento da indenização devida ao empregado.</p>	<p>49. Define a competência, na reclamação trabalhista ajuizada por bancário,</p> <p>(A) o local em que o empregado foi contratado.</p> <p>(B) o local onde se situa a sede do banco empregador.</p> <p>(C) o local da prestação dos serviços.</p> <p>(D) a vontade do reclamante.</p> <p>(E) o foro de eleição do contrato de trabalho.</p>
<p>46. O registro da candidatura de empregado a cargo de representação sindical, quando efetuado no curso do aviso prévio,</p> <p>(A) necessita de autorização da Delegacia Regional do Trabalho para ter validade.</p> <p>(B) torna sem efeito o aviso prévio porque a garantia de emprego ao dirigente sindical se inicia com o registro de sua candidatura.</p> <p>(C) interrompe o aviso prévio, que voltará a correr, pelo prazo restante, na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(D) suspende o aviso prévio, que será reiniciado na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(E) não afeta nem interrompe o aviso prévio, pois não é possível a aquisição de estabilidade quando o termo do contrato já está fixado.</p>	<p>50. Na Justiça do Trabalho, as certidões</p> <p>(A) terão validade apenas se forem firmadas na presença de duas testemunhas.</p> <p>(B) dependerão de despacho do juiz, quando se tratar de processo que corre em segredo de justiça.</p> <p>(C) serão expedidas somente nos dias úteis, entre 8 e 18 horas.</p> <p>(D) serão válidas desde que nelas tenha sido aposto o respectivo selo.</p> <p>(E) serão lavradas pelos Oficiais de Justiça.</p>
<p>47. Denominam-se profissões regulamentadas aquelas que</p> <p>(A) somente podem ser exercidas por quem possua título obtido em curso superior.</p> <p>(B) observam as normas especiais de tutela do trabalho previstas na CLT.</p> <p>(C) estão sujeitas ao regulamento da empresa.</p> <p>(D) contam com legislação específica.</p> <p>(E) são de natureza técnica ou científica.</p>	<p>51. A reconvenção</p> <p>(A) é ação própria do processo do trabalho, sendo regida pela CLT.</p> <p>(B) tem seu processamento obstado na hipótese de desistência do autor ou de extinção da ação.</p> <p>(C) é admitida no procedimento sumaríssimo.</p> <p>(D) é incompatível com o processo do trabalho.</p> <p>(E) é a ação do réu contra o autor proposta no mesmo feito em que o primeiro está sendo demandado.</p>
<p>48. Considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. No sistema denominado "banco de horas", instituído por força de acordo ou convenção coletiva do trabalho, a compensação do excesso de horas trabalhadas deve ocorrer no período máximo de um ano.</p> <p>II. As variações de horário no registro de ponto serão computadas como jornada extraordinária quando não excederem de 15 minutos diários.</p> <p>III. Os empregados em regime de tempo parcial não podem prestar horas extras.</p> <p>IV. Não havendo previsão expressa no acordo ou contrato coletivo do trabalho referente a adicional de horas extras da categoria, o trabalho suplementar será remunerado sem o respectivo adicional.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>52. Designada audiência inicial, a ela não comparecem nem o reclamante nem o reclamado. Nessa hipótese, o juiz deverá</p> <p>(A) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista.</p> <p>(B) decretar a revelia do reclamado.</p> <p>(C) aplicar pena de confissão às partes.</p> <p>(D) designar nova audiência.</p> <p>(E) determinar que as partes sejam conduzidas coercitivamente.</p>
	<p>53. Em se tratando de execução por prestações sucessivas por tempo determinado, o inadimplemento de uma das prestações implica na execução das prestações</p> <p>(A) devidas até a data em que for proferida a sentença.</p> <p>(B) que já tiverem vencido.</p> <p>(C) que lhe sucederem.</p> <p>(D) devidas até a data do ajuizamento da ação.</p> <p>(E) devidas até a data do início da execução.</p>
	<p>54. Ação da competência originária de Turma do Tribunal, destinada a proteger direito líquido e certo quando não houver recurso previsto nas leis processuais:</p> <p>(A) ação coletiva.</p> <p>(B) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(C) ação rescisória.</p> <p>(D) mandado de segurança.</p> <p>(E) ação de cumprimento.</p>

55. Zeus, Apolo e Macabeus são Oficiais de Justiça. Zeus exigiu do réu de uma ação de despejo a quantia de R\$ 2.000,00 para não proceder a sua citação. Apolo solicitou do réu de outra ação de despejo a quantia de R\$ 1.000,00 para não proceder a sua citação. E Macabeus, tendo em vista que o réu de uma ação de despejo era seu amigo, retardou, por vários meses, a sua citação. Nesses casos, Zeus, Apolo e Macabeus cometeram, respectivamente, crimes de

(A) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
 (B) corrupção passiva, concussão e prevaricação.
 (C) prevaricação, concussão e corrupção passiva.
 (D) prevaricação, corrupção passiva e concussão.
 (E) concussão, prevaricação e corrupção passiva.

56. Afrodite, ao ingressar na Biblioteca Pública Municipal de sua cidade deixou sua bolsa no guarda volumes anexo à portaria. Enquanto consultava livros, Ísis, funcionária pública municipal, bibliotecária, responsável pelo referido guarda volumes, abriu a bolsa de Afrodite e subtraiu para si a quantia de R\$ 100,00. Com tal procedimento, Ísis cometeu crime de

(A) prevaricação.
 (B) peculato culposo.
 (C) peculato mediante erro de outrem.
 (D) excesso de exação.
 (E) peculato doloso.

Atenção: As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do TRT 3ª Região.

57. Na determinação da antiguidade dos Juízes prevalece

(A) a idade sobre a classificação no concurso.
 (B) o exercício sobre a posse, quando não houver concomitância.
 (C) o tempo de serviço público sobre a data de publicação do ato de nomeação.
 (D) a classificação no concurso sobre o tempo de serviço na magistratura do trabalho da 3ª região.
 (E) a idade sobre o tempo de serviço público.

58. O julgamento dos conflitos de competência entre as Turmas do Tribunal e as Varas do Trabalho é da competência da

(A) 1ª Seção Especializada em Dissídios Individuais.
 (B) 2ª Seção Especializada em Dissídios Individuais.
 (C) Seção Especializada em Dissídios Coletivos.
 (D) Turma do Tribunal.
 (E) Presidência do Tribunal.

59. Enseja a redistribuição dos processos, o afastamento de Juiz integrante do Órgão Especial por prazo superior a

(A) 5 dias.
 (B) 7 dias.
 (C) 8 dias.
 (D) 15 dias.
 (E) 30 dias.

60. Até o início da sessão, a inscrição para sustentação oral poderá ser feita

(A) por telegrama.
 (B) por fax.
 (C) por correio eletrônico.
 (D) pessoalmente.
 (E) por telex.

REDAÇÃO

1. Atente para o texto que segue:

Resumo alguns sentimentos modernos em matéria de justiça.

O julgamento que conta é o da nossa consciência. A prova disso: fazemos, desde o século XVII, uma bela diferença entre o que é legal e o que é justo. Condenados por excesso de velocidade na Dutra, entendemos que 130 km/h seja ilegal, mas nós conhecemos as razões de nossa pressa e só nós sabemos se, ilegal ou não, nossa velocidade era justa ou injusta. Nesse caso, a gente erige nosso foro íntimo como corte suprema.

As coisas eram mais simples quando, nem tanto tempo atrás, achávamos que a decisão podia ficar na mão de um Deus que se expressaria publicamente. Acusados, caminharíamos sobre a brasa e seríamos inocentados se nossos pés não queimassem.

Também devia ser mais simples quando podíamos delegar a justiça (não apenas a legalidade) a um sábio, príncipe ou representante de Deus, ao qual reconheceríamos o poder de proclamar, incontestado, se somos culpados ou inocentes.

Ora, tantas cortes singulares e inevitavelmente contraditórias não poderiam regrar eficazmente nossa vida social; resignamo-nos, portanto, a um compromisso: consideramos justo e toleramos que um júri de outros humanos (cujo foro íntimo seria comparável ao nosso) escute as acusações e os argumentos de defesa e, assim, nos condene ou nos inocente.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

Nesse texto, o autor faz ponderações sobre dois temas que se cruzam:

I. a diferença entre o que é **legal** e o que é **justo**;

II. a legitimação da origem do poder de julgamento.

Escreva uma DISSERTAÇÃO (texto argumentativo em prosa) em que você esclarecerá a sua própria perspectiva diante dos temas **I** e **II** e o modo como os relaciona.

